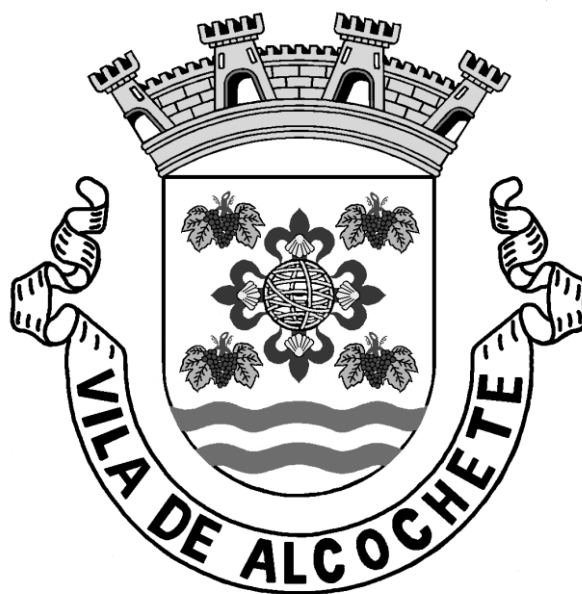




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 11

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA
EM 25 DE MAIO DE 2022**

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	19
C. ORDEM DO DIA.....	23
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	23
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	23
3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELA SENHORA VICE-PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
3.1 CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE.....	24
3.2 ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....	25
3.3 CEDÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO E APROVAÇÃO DO HORÁRIO DAS FESTIVIDADES PARA A REALIZAÇÃO DAS TRADICIONAIS FESTAS DE CONFRATERNIZAÇÃO CAMPONESA DE SÃO FRANCISCO.....	26
3.4 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE MARINHEIRO DE TRÁFEGO FLUVIAL, INSERIDO NAS CARREIRAS NÃO REVISTAS DO REGIME GERAL.....	27
3.5 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE SERRALHEIRO.....	28
3.6 RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE TÉCNICO NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	29
4. APOIOS FINANCEIROS.....	37
5. INFORMAÇÕES	39
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	48
ENCERRAMENTO	48

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou à presente reunião, por motivo considerado justificado o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente, primeiramente, no âmbito da temática da pandemia, apresentou o relatório epidemiológico, atualizado à presente data, com os seguintes dados: 8032 casos de infeção, 611 casos acumulados (nos últimos 14 dias), 3065 casos por incidência cumulativa (nos últimos 14 dias, por 100 mil habitantes), 7390 casos recuperados e 31 óbitos.

Informou que o Centro de Vacinação instalado no Fórum Cultural de Alcochete se encontra em funcionamento às quartas-feiras e quintas-feiras, das 09h00 às 13h00 e das 13h30 às 15h30. Recordou que a autarquia continua a assegurar, através dos Bombeiros Voluntários de Alcochete o transporte dos munícipes do concelho para o Centro de Vacinação, em articulação com o Setor de Ação Social, de acordo com critérios de mobilidade que se encontram em vigor. O número de contacto disponível para a marcação do respetivo transporte é 21 234 86 46. Desde o início da pandemia, já foram transportados para o Centro de Vacinação de Alcochete 517 utentes.

Partilhou a informação sobre: “Prevenção e Segurança em Ambiente Industrial”

«No passado dia 18 de maio, o Fórum Cultural de Alcochete foi palco da “Conferência de Prevenção e Segurança em Ambiente Industrial”.

Uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Alcochete organizada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil juntamente com o Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedorismo.

A abertura da iniciativa foi feita pela senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar e pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Fernando Pinto, e contou com a participação de nomes de relevo nos dois painéis apresentados, tais como, Paula Almeida da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Isabel Santana do IAPMEI, João Janeiro da *Sinalux*, Nuno Henriques do ISEL, Paulo Vieira, Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcochete e Luís Vilhena da *Eviosys*.

A conferência contou com 80 participantes, entre os quais, empresários do tecido empresarial de Alcochete, elementos da Guarda Nacional Republicana, da Força Aérea Portuguesa, e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcochete. Representantes do Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa, Seixal, Sines, Vila Franca de Xira, Palmela e Barreiro, representantes da Administração do Porto de Lisboa, do IAPMEI, e de outras entidades de relevo no contexto da temática apresentada.

O encerramento coube ao 2.º Comandante Operacional Distrital de Setúbal, Marcelo Lima e à senhora Vice-Presidente, Maria de Fátima Soares, que destacaram a importância da avaliação de riscos como ferramenta essencial na definição de prioridades de ação, a formação dos recursos humanos na temática da prevenção e segurança, e a consciencialização dos empresários na importância do estabelecimento de relações com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Alcochete.»

Continuou apresentando a seguinte Moção “Pela segurança no concelho de Alcochete”

«O concelho de Alcochete abrange uma área com cerca de 128 km², distribuídos por três freguesias. Os resultados dos últimos censos posicionam o nosso concelho como um dos concelhos de Portugal onde a população mais cresceu. Contamos neste momento com cerca de 19 200 habitantes.

A área geográfica e o número de habitantes são, só por si, indicadores da necessidade do reforço dos efetivos e dos meios da Guarda Nacional Republicana em Alcochete.

Contudo, a realidade ultrapassa os dados estatísticos e a criminalidade e os atos de perturbação da ordem pública, alguns de extrema violência, têm vindo a ser recorrentes no nosso território.

As atividades, direta e indiretamente, ligadas à apanha ilegal de ameijoas no rio Tejo, afiguram-se desde sempre como uma preocupação para o executivo municipal, que dentro daquilo que são as suas competências e meios, tem feito o seu trabalho de forma empenhada. Tudo temos feito e continuaremos a fazer, sempre com o sabor amargo da falta de resultados e, muitas vezes, também de respostas.

Grande parte desse trabalho está plasmado na Moção que apresentei e que por unanimidade foi aprovada em reunião de câmara a 12 de maio de 2021, cuja cópia de parte da ata se anexa.

Desde essa data e até ao dia de hoje, foram vários os ofícios, emails, telefonemas, audiências com ministros e secretários de estado e acompanhamento permanente da atividade das forças de segurança locais. Na verdade, não nos pesa na consciência a inércia face a esta situação, mas pesa-nos no coração a frustração por não vermos os nossos esforços bem acolhidos junto das entidades competentes. A falta de atuação firme e eficaz leva-nos a concluir isto mesmo.

Temos perfeita consciência que este não é o único problema do nosso concelho em matéria de segurança, mas é um grande problema, que tem vindo a ganhar proporções que nos preocupam enquanto autarcas e que provoca mal-estar e insegurança junto da população.

Importa lembrar que à população residente, crescem diariamente largas centenas de pessoas que se dedicam à apanha da ameijoia e ainda, que ao fim-de-semana outras centenas procuram a nossa terra, por ser um local aprazível, com uma excelente oferta gastronómica e paisagística.

É este local aprazível que queremos manter e não abrimos mão da segurança de pessoas e bens. Não, não e não, de forma alguma nos queremos habituar a situações de perturbação de ordem pública, a presenciar troca de roupa na via pública com episódios de nudez, provocações a transeuntes, consumo de álcool, desacetos, pancadaria, poluição da via pública, praias e rio, entre outras situações que atentam contra a boa convivência em comunidade e civismo.

O direito à segurança é constitucionalmente consagrado e garantido, é nosso dever exigir que o mesmo se cumpra no concelho de Alcochete. E fazemo-lo! Sem medos, sem tabus, fazemo-lo convictos que não podemos abrandar as nossas reclamações, as nossas exigências, as nossas reivindicações. Fazemo-lo por nós, por si, por todos e sobretudo pela nossa terra.

São atribuições da Guarda Nacional Republicana: garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como, o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito; garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e bens; prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; prevenir a prática dos demais atos contrários à Lei e aos regulamentos.

O que temos assistido, leva-nos a concluir que o Posto Territorial da GNR de Alcochete, não possui os efetivos humanos, nem os meios para garantir de forma eficiente as atribuições que lhe são conferidas.

Compete à Polícia Marítima: garantir e fiscalizar o cumprimento das Leis e regulamentos nos espaços integrantes do Domínio Público Marítimo, em áreas portuárias e nos espaços balneares, bem como, em todas as águas interiores sob jurisdição da Autoridade Marítima

Nacional e demais espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, devendo preservar a regularidade das atividades marítimas; vigiar e colaborar com as demais forças policiais e de segurança; garantir a segurança e os direitos dos cidadãos.

Consideramos a atuação da Polícia Marítima, nesta matéria, insuficiente e com resultados pouco eficazes e duradouros.

Todos, sem exceção, conhecem esta triste realidade e nenhuma das entidades com competências nesta matéria pode escudar-se no desconhecimento. Ao longo dos últimos 5 anos e seguramente mesmo antes deste período, foram partilhadas com objetividade e clareza as nossas mais profundas preocupações, não só através de ofícios, e-mails, variadíssimos telefonemas, partilha de fotografias e vídeos que atestam bem a gravidade da situação.

O que é que as entidades competentes e com meios necessários, estão á espera para resolver o assunto??

Se porventura este triste fenómeno roubar a vida a um transeunte que estaria no dia e hora errada em passagem de local público, quem assumirá as responsabilidades??

Por tudo o que se plasma nesta Moção e na que se anexa, propõem-se que a Câmara Municipal de Alcochete, reunida a 25 de maio de 2022, delibere:

1. Exigir o reforço de efetivos humanos e meios para que a GNR de Alcochete possa desenvolver com eficácia as atribuições que lhe estão conferidas;
2. Exigir maior vigilância, fiscalização e atuação por parte da Polícia Marítima de acordo com aquilo que são as suas competências;
3. Exigir ao Governo da República que, de forma concertada e eficaz, desenvolva as ações e a legislação necessária para a resolução deste problema, a curto prazo;
4. Solicitar a todas as entidades, com competências na matéria, um verdadeiro esforço e empenho, visível e com resultados;
5. Solicitar a Sua Excelência o Presidente da República, atenção e acompanhamento destas matérias.

Esta Moção, depois de aprovada, deverá ser enviada às seguintes entidades:

Exmo. Senhor Presidente da República Portuguesa; Exmo. Senhor Primeiro-ministro de Portugal; Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República; Exmo. Senhor Ministro da Administração Interna; Exmo. Senhor Ministro da Economia e do Mar; Exma. Senhora Ministra da Saúde; Exma. Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Exmo. Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática; Exma. Senhora Secretária de Estado das Pescas; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Administração do Porto de Lisboa; Capitania do Porto de Lisboa; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Autoridade para as Condições do Trabalho, Instituto do Mar e da Atmosfera; Comando Distrital de Setúbal da GNR; Destacamento Territorial da GNR do Montijo; Posto Territorial da GNR de Alcochete; Autoridade Marítima Nacional; Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa; Agência Portuguesa do Ambiente; Assembleia Municipal de Alcochete; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Alcochete; Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal e Órgãos de Comunicação Social nacional e regional.»

Submetida à discussão, o senhor vereador Jorge Giro afirmou que este assunto tem vindo a este Órgão Colegial de forma reiterada ao longo dos últimos 12 anos, com uma preocupação crescente, porque se vai agravando cada vez mais.

Continuou expondo que esta Moção depois de aprovada deverá ser enviada às entidades mencionadas, as quais são todas intervenientes neste processo, com parte ativa na resolução da situação que aflige o concelho de Alcochete. De todas as entidades citadas, umas com mais, outras com menos responsabilidades, é do conhecimento que neste caso a câmara municipal e as juntas de freguesia, são aquelas que menos força têm para resolver este assunto.

Referiu que o problema não se resolveu quando os mariscadores eram 100 ou 500, sendo agora mais difícil de resolver quando são 1.000, mas, de facto tem de existir uma resolução, seja ela natural, pelo desaparecimento normal da amêijoa, o que será difícil, porque parece é que cada vez há mais amêijoa no Tejo, ou então as entidades têm de colocar todo o seu empenho e exercer as suas competências, porque existe um problema grave.

Declarou que está convicto que esta Moção não veio à reunião de câmara, só porque existiram perturbações da ordem pública na semana passada, tendo a certeza que por todos, esta Moção estaria em todas as reuniões de câmara e que a mesma deve ser remetida para a Assembleia Municipal ou até mesmo a própria assembleia deveria redigir um texto seu, levar à votação e encaminhar para as entidades que acharem convenientes.

Informou que os vereadores da CDU estão disponíveis para constituir um grupo de trabalho para tentar ajudar a resolver este problema com a maior brevidade.

Adiantou que não é compatível ter centenas de pessoas na apanha da amêijoa, com centenas de pessoas que passeiam no “Passeio do Tejo”, um local que deu outra dinâmica económica à vila, tendo também sido requalificada a “Ponte do Cais”.

Aludiu que queria separar os pequenos apanhadores de amêijoa, dos casos que foram referenciados, que são os que se despem e vestem à vista de todos, criam sujidade, provocam atos de violência, apanham a amêijoa de forma massiva usando as ganchorras que rasgam o leito do rio, notando-se menores quantidades de peixes e de espécies. Está convicto que os pequenos apanhadores, que retiram do rio a sua sobrevivência, muitos deles residentes locais, não provocam quaisquer estragos, que estimam a sua vila e que não integram os grupos referenciados.

Acrescentou que os vereadores da CDU estão de acordo com esta Moção, só adicionando o senhor Presidente da República, os grupos parlamentares e a comunicação social nacional e regional.

O senhor presidente concordou com as sugestões propostas pelo senhor vereador Jorge Giro, pressupondo que os restantes membros de câmara também estivessem em concordância.

A senhora vereadora Natacha Patinha mostrou que estava de acordo com a Moção apresentada, afirmando que tudo o que está declarado corresponde na íntegra a uma

realidade com muitos anos, percebendo que se podia trazer a todas as reuniões de câmara uma Moção sobre este assunto, mas que infelizmente nada se alteraria.

Questionou sobre o que é que terá de acontecer em Alcochete para que esta situação termine e que exista alguma paz social, algo que está seriamente comprometido. Sublinhou que é um autêntico desrespeito por parte das entidades referidas, com as quais já houve várias reuniões nesta câmara municipal, com este e com anteriores executivos e nada foi feito.

Ocasionalmente é realizada uma operação, é anunciada na comunicação social, dando a aparência que estão todos muito atentos e a trabalhar neste assunto, quando na realidade acontecem estas situações que causam revolta e que no fundo as pessoas não sabem como agir. Existe um sentimento de medo interiorizado na população que tem receio de interceder junto destas pessoas e de os confrontar com os comportamentos que têm.

Referiu que é necessário perceber que é uma situação que se arrasta e que existem alguns bens jurídicos que estão em causa, como é o caso do ambiente, da paz social, da integridade física das pessoas que circulam na via pública, havendo o risco de tomar outras proporções. Sugeriu que para além da Moção ser enviada a estas entidades, que se exigisse uma resposta, evitando a apresentação de uma nova Moção e também para se perceber o que é que estas entidades planeiam fazer.

O senhor vereador Dário Moura declarou que se revê completamente no teor desta Moção, dado que se assiste diariamente a cenários que provocam a insegurança, a um desrespeito enorme pelas normas legais, sejam elas de natureza ambiental, fiscal, rodoviário ou social.

Mostrou a sua concordância quando se afirma que este é um problema bastante antigo, o qual tem crescido devido a uma grande falta de ações, dado que as que existem são claramente insuficientes, não obstante as reuniões e os pedidos efetuados, na sua opinião nunca estará em causa a necessidade de que as pessoas têm de trabalhar e sobreviver, mas sim a regulamentação e a fiscalização de uma atividade que existe e que agrega vários problemas crescentes, principalmente a insegurança.

Desejou que esta Moção sirva para que finalmente todas as entidades implicadas a vejam como um ponto de mudança na abordagem a este problema.

O senhor presidente declarou que esta Moção é mais um grito de alerta do que propriamente um documento escrito, que será remetido e onde se solicita que as entidades com competências nesta matéria apresentem esforço e empenho com resultados visíveis, sendo mais importante existir ação do que trocar ofícios e emails.

Afirmou que este executivo ou qualquer outro que tenha passado por esta câmara municipal, não tem as competências, nem os meios necessários para combater este flagelo, concordando com as palavras proferidas pelo senhor vereador Jorge Giro quando diz que não estão em causa as pessoas que dependem desta atividade que é ilegal, salientando que a montante da ponte Vasco da Gama é proibido apanhar esta amêijoia, independentemente da quantidade. É importante dissecar que é um problema que tem vindo a crescer há mais de uma década, que não foi resolvido quando a situação implicava um número reduzido de pessoas.

Sublinhou que não são os pequenos apanhadores que estão em causa, pressupondo que essas pessoas não são as prevaricadoras, que provocam desacatos e que por via do álcool criam problemas sérios no meio onde estão inseridos.

Questionou que mais terá de acontecer para que haja uma intervenção objetiva e assertiva. Não se está propriamente a viver uma guerra, mas se está perante um cenário dantesco, perturbador e se porventura alguém tombar por via de uma bala perdida quem assume essa responsabilidade. Frisou que está disponível para ir até às últimas consequências para que este assunto tenha uma resolução num curto espaço de tempo.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares declarou que se revê plenamente na Moção apresentada, sendo um assunto já do conhecimento de todos e para o qual há um sentimento de impotência para o conseguir resolver e uma completa inexistência de respostas concretas.

Recordou que a apanha da amêijoa é ilegal, não só pela falta de regulamentação, mas também pela questão da qualidade da amêijoa que contém metais pesados e nem mesmo a própria depuradora conseguirá colocar a amêijoa em condições de ser consumida, sendo também uma questão de saúde pública. Não basta retirar as pessoas da apanha da amêijoa, há também que alertar para quem a compra, que ela é imprópria para consumo.

Adiantou que esta amêijoa, na sua grande maioria vai para Espanha e depois regressa. Em reuniões onde estiveram presentes várias entidades que são referidas nesta Moção, nomeadamente a que fiscaliza, informou que muita da amêijoa não chega a Espanha, é apanhada em Alcochete e passadas umas horas já está a ser comercializada com etiqueta, como se tivesse sido depurada. Existe um negócio cada vez maior à volta da apanha deste bivalve e onde existe, obviamente, gente que tem interesse na continuidade desta situação.

Evidenciou que a maioria das pessoas que entram no rio diariamente, não vivem no município de Alcochete, são centenas de carros que estão na marginal, que vêm de outros concelhos, apesar de termos noção que dentro de Alcochete e, nomeadamente, no Samouco, existem muitas pessoas de várias nacionalidades que habitam em condições precárias. Terá de existir uma ação concertada entre todas as entidades, não bastando as ações isoladas da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana.

O senhor presidente reforçou as palavras da senhora vereadora Maria de Fátima Soares dando nota que numa das reuniões que manteve na legislatura anterior com o senhor Ministro do Mar, a senhora Secretária das Pescas e o senhor Diretor do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), tendo este afirmado: «senhor presidente, esta amêijoa mata». A apanha da amêijoa está interdita a montante da ponte Vasco da Gama precisamente pelo nível de toxinas que apresenta.

Lembrou que foi esta câmara municipal, na sua própria pessoa que apelou para que fosse criada uma *task-force* operacional para combater, mitigar e fazer desaparecer este problema, sendo criadas condições para quem depende desta atividade.

A implementação de uma depuradora e tal como foi transmitido pelo senhor Diretor do IPMA, não é suficiente para resolver esta situação, teria de ser uma depuradora transformadora, a

qual cozeria a amêijoa em temperaturas tão elevadas que acabariam por fazer com que a amêijoa deixasse de ser comestível.

O senhor vereador Jorge Giro, assertou que se há pontos que une o executivo e em que estão todos de acordo, este é um deles, embora as entidades envolvidas não tenham de estar à espera uma das outras, porque existem situações que se podem resolver de forma individual, dando o exemplo dos veículos estacionados no “Passeio do Tejo”, muitos deles sem inspeção, sem seguro, com deficiências mecânicas, barcos a serem pintados na rampa, que nestes casos existem entidades locais e, não só, que podem exercer as suas competências. Há dezenas de barcos parados no Tejo, dezenas de poitas e de certeza que a Capitania do Porto de Lisboa só deverá ter dez poitas registadas, questionando se há barcos ilegalmente parados no Tejo, porquê que é que esta não atua.

Continuou expondo que existe o outro lado da moeda, que tem a ver com a aplicação de coimas, cujos prevaricadores não têm rendimentos, não as podendo pagar, porque o negócio é “todo feito por fora”, existindo pessoas que ganham milhares de euros sem contribuir com um euro. Informou que há uns anos a Câmara Municipal do Seixal em conjunto com uma Universidade, realizou um estudo onde apuraram os milhares de quilogramas de amêijoa que era anualmente retirada do Estuário do Tejo e que resultava num valor também ele anual de €35.000.000,00, sem serem tributados. Em 10 anos são €350.000.000,00, foi calculado que entre o Seixal e o Sítio das Hortas existiriam cerca de 1.200 pessoas nesta atividade, destas, entre Samouco e Alcochete chegavam a 1.000.

O senhor presidente em complemento ao transmitido pelo senhor vereador Jorge Giro, acrescentou que isto além de crime económico é também palco de outros crimes, tais como ambientais e saúde pública, havendo uma panóplia de regras que estão a ser infringidas e que não abonam a pacatez, a paisagem, a gastronomia, a sã convivência em Alcochete e no Samouco (que é uma das freguesias também muito perturbada com este tipo de atividade) e que se estaria melhor sem a vivência desta ilegalidade.

Sublinhou que com este documento, com a extensão de entidades a que irá ser remetido, espera que alguém atue, porque se assim não for feito, a câmara irá tomar medidas mais

duras em relação a esta matéria, que será sempre contra o Estado e nunca contra aqueles que desenvolvem esta atividade.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a Moção por unanimidade, bem como anexar parte da Ata da reunião de câmara de 12 de maio de 2021, como **Doc. 1**.

Posteriormente o senhor vereador Jorge Giro questionou sobre a obra que está a ser realizada na avenida Sociedade Imparcial 15 de Janeiro.

O senhor vereador Pedro Lavrado em resposta à questão levantada pelo senhor vereador Jorge Giro, informou que se trata do alargamento da avenida, numa iniciativa da empresa LIDL, que entendeu que a entrada para o seu espaço comercial deveria ser melhorada. O projeto já existia e a empresa propôs-se a fazer esse alargamento assumindo os custos da obra.

Seguidamente o senhor vereador Jorge Giro apresentou uma Moção: "Por Melhor e Mais Acessíveis Transportes Públicos e Maior Gratuidade"

«A solução tarifária implementada na Área Metropolitana de Lisboa em 2019 é o culminar de uma luta política de muitos anos, particularmente pelo Partido Comunista Português, representando o maior avanço na democratização dos transportes públicos na nossa região e no nosso concelho.

A solução, necessariamente nacional com implementação regional metropolitana e necessariamente objeto de financiamento a partir do Orçamento de Estado, permitiu uma muito significativa redução do custo suportado por cada utente e por cada família, alargou a mobilidade oferecida pelo passe social, atraiu mais gente aos transportes públicos.

A atual solução, também objeto de luta e reivindicação das populações e do Poder Local durante dezenas de anos, foi construída envolvendo os municípios e o Governo, como não poderia ser de outra forma.

Qualquer solução que seja implementada num único município sem ter em conta a realidade metropolitana é uma decisão que pode colocar em causa todo o sistema metropolitano já construído.

Nas últimas eleições autárquicas foram assumidos compromissos eleitorais por diversas candidaturas que apontam para novas reduções de custos nos transportes. Cabe agora a cada município procurar construir com os restantes, e em sede própria, uma solução que procure cumprir alguns desses compromissos, assumindo a perspetiva de evolução para:

- (1) um novo passo na simplificação tarifária, reduzindo o preço do passe Navegante Metropolitano para os €30, absorvendo os atuais passes municipais (Navegante Municipal);
- (2) o alargamento da gratuitidade em toda a AML até aos 18 anos, incluindo igualmente os que já hoje têm acesso ao Sub-23;
- (3) o estabelecimento da gratuitidade do passe para os cidadãos com mais de 65 anos e face à necessidade de o Governo ter em melhor conta a promoção do transporte público, para garantir a mobilidade na região e para contribuir para os objetivos de descarbonização assumidos pelo Estado português, propomos que este Órgão Colegial delibere propor à AML e ao conjunto de municípios que a integram:

1. Avançar no imediato para o alargamento da gratuitidade em toda a AML até aos 18 anos;
2. Elaborar, em conjunto, uma proposta com vista a instituir em legislação própria o financiamento desta medida e do sistema de transportes de passageiros e das suas autoridades, dando-lhe a estabilidade e a consagração que corresponda à sua importância e valor, não a deixando dependente de decisão conjuntural e inscrição em Orçamento do Estado;
3. Intervir junto do Governo para que este tenha em conta a necessidade de acelerar a concretização do plano de investimento público que conduza ao necessário aumento da oferta de transportes públicos, particularmente nas suas vertentes mais pesadas. Falamos em concreto, na aquisição de barcos para a travessia fluvial, cujo meio de transporte é igualmente utilizado por inúmeros munícipes do nosso Concelho.»

Submetida à discussão, o senhor presidente concordou com a Moção, afirmando que até para fomentar a questão da escolaridade obrigatória, os jovens até aos 18 anos deveriam ter a gratuitidade nos transportes públicos, sendo também sensível ao tema dos séniores que deveriam usufruir dessa gratuitidade. Contudo esta Moção pareceu-lhe um pouco extemporânea, dado que se está a poucos dias de se avançar com os novos transportes, ou seja, a entrada em vigor partir do dia 1 de junho, do chamado sector 4, onde está inserido Alcochete, Palmela, Moita, Montijo, Barreiro e Setúbal.

Sublinhou que esta é uma proposta extremamente generosa, mas importa refletir que se pressupõe ser o Estado a assumir essa questão, porque se tal não for, será muito difícil para os municípios receberem essa responsabilidade.

Alcochete está integrada na Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde as câmaras municipais delegaram as competências da gestão dos respetivos transportes, salientando que na última legislatura e durante 4 anos foi realizado um trabalho tremendo, envolvendo os 18 municípios, numa ação transversal às mais diversas ideologias políticas, contando com a unanimidade de todas as câmaras que compõem este percurso da AML.

Transmitiu que a Câmara Municipal de Alcochete, face à sua densidade populacional e à sua densidade geográfica tem um contributo anual de €350.000,00, um grande investimento para este município, no entanto e, em simultâneo, é também para todos um motivo de grande alegria, porque perceber que o cidadão comum, residente em Alcochete, que anteriormente pagava cerca de €140 de transportes públicos para ir trabalhar diariamente para Lisboa, paga agora €40 e pensar que a Câmara Municipal de Alcochete tem de facto esta participação é uma grande vitória, uma grande alegria para todos.

Referiu que é importante que as coisas aconteçam no seu devido tempo, mas sem querer delimitar o espaço temporal, o Estado tem de olhar para esta questão e dar os passos necessários para que isso aconteça, tendo dúvidas que ocorra no imediato, não obstante o facto de existirem câmaras municipais a avançarem por conta delas com este tipo de iniciativas, todavia a Câmara Municipal de Alcochete não pode hipotecar o seu futuro e os restantes investimentos que tem previstos desenvolver ao longo deste mandato e criar condições para projetar a próxima década, tendo uma visão macro das coisas.

O senhor vereador Jorge Giro considera que a Moção plasma que as medidas que estão a ser pedidas se façam chegar a quem de direito, para aquando da discussão do Orçamento de Estado em setembro/outubro elas possam ser consideradas em orçamento, não onerando os 18 municípios que integram a AML.

O senhor vereador Pedro Lavrado aludiu que está de acordo com a Moção apresentada, no entanto a mesma causa algum transtorno no *timing* em que a mesma acontece, dado se estar precisamente a uma semana do início da operação da “Carris Metropolitana” na zona 4, onde o concelho de Alcochete está integrado. É uma operação muito complexa que envolve todos os municípios da AML e que neste momento o foco deverá ser colocar a “Carris Metropolitana” a funcionar da melhor forma possível.

Relembrou que o passe “Navegante” começou a ser discutido numa cimeira em 2018 entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde foi acordado iniciar-se os trabalhos para que isto fosse uma realidade, o que acabou por acontecer a 01 de abril de 2019, sendo possível a partir dessa data circular por um valor de €40 em toda a AML.

Adiantou que todas as negociações, quer a nível técnico, quer a nível político, foram sempre realizadas por unanimidade, reiterando que a AML é composta por 18 municípios dos mais variados quadrantes políticos e que todos foram unânimes em afirmar que era esta a solução e o caminho a seguir.

Continuou informando que há alguns meses houve um município (Lisboa) que decidiu, por sua autoria e com todo o direito, alterar o paradigma no seu concelho e colocar os passes gratuitos para os jovens até aos 18 anos e também para maiores de 65 anos. Esta medida isolada embora possa ter alguns efeitos políticos, na prática poderá não ter o efeito desejado, dando o exemplo: «uma pessoa com mais de 65 anos, para ter a gratuitidade, compra o passe municipal, com este passe não poderá sair do concelho de Lisboa, enquanto com o passe metropolitano pode circular em toda a AML.»

Alertou para outro problema já levantado, que é a situação dos estudantes, que estão em Lisboa, vêm de todo o país e que para terem gratuitidade do passe têm de ter residência em

Lisboa. Esta decisão isolada coloca vários problemas, pelo que uma decisão conjunta seria o ideal.

Afirmou que no seu ponto de vista pessoal não saberá se a gratuidade financiada pelo Estado será a melhor opção, visto que o Estado a beneficiaria uma zona específica. No entanto, se falar em gratuidade em todo o território nacional, para si já faria sentido esta ação estar contemplada no Orçamento de Estado.

O senhor presidente deu nota que o município de Lisboa, na pessoa do seu atual presidente assumiu esse compromisso eleitoral e que agora terá de o cumprir, o qual representa um investimento para os cofres da autarquia de Lisboa em cerca de €12.000.000,00, valor este que até há 6 anos era praticamente o orçamento da Câmara Municipal de Alcochete na sua generalidade. Uma medida que veio alterar o paradigma dos transportes, do trabalho que a AML fez durante os quatro anos e que vem colocar de forma pertinente a existência destas moções. Espera que estas medidas não recaiam nas câmaras municipais, que fazem o seu esforço até um determinado limite, mas a partir daí torna-se in comportável.

Continuou referindo que teve a oportunidade de referir, na AML, ao Dr.º Carlos Moedas, que não obstante a generosidade da medida da Câmara Municipal de Lisboa, isso iria colocar em cheque todos os outros municípios que fazem parte de um grupo de trabalho que durante quatro anos se dedicaram arduamente numa tarefa hercúlea.

A senhora vereadora Natacha Patinha, declarou que no seu ponto de vista, reivindicar mais e melhores condições de transportes para os munícipes de Alcochete nunca é extemporâneo, embora as reuniões, como disse o senhor vereador Pedro Lavrado se tenham iniciado em 2018, para se chegar ao passe Navegante, foram anos de luta a apresentar moções na Assembleia Municipal de Alcochete e na de outros concelhos. Se esta Moção tivesse vindo a este órgão em janeiro, ninguém acreditaria que isto seria contemplado em Orçamento de Estado.

Finalizou a sua intervenção aludindo que esta Moção serve para chamar a atenção do Governo, que é necessário ir mais além, é também mais um grito, desta forma para os transportes públicos, que se deve reivindicar sempre que possível.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares frisou que esta Moção é deveras importante, mas que faz sentido chamar a atenção para o caminho excecional feito até ao momento, uma redução extraordinária no valor do passe, que pesa imenso no orçamento familiar.

Concorda em que se reivindique mais, mas que não se caia em esquecimento que o que existe neste momento é muito acima da média do que está a ser feito no país. Uma ação da AML que se deve valorizar.

O senhor presidente reforçou que quando se chegou ao final deste processo, não houve apenas e só unanimidade, existiu aclamação pelo esforço, quer da esquerda, quer da direita, de todos os representantes, porque na AML estão câmaras do Partido Social Democrata, do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária onde todos de uma forma homogénea contribuíram para um trabalho extraordinário revelando que o que interessa são as pessoas.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a Moção por unanimidade.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

– Senhor Alexandre Martins

Munícipe do concelho de Alcochete, questionou se é possível fazer uma coordenação entre a câmara municipal e o centro de saúde de forma a facilitar o receituário de testes ao Covid 19 para os munícipes de Alcochete, isto porque a diferença do custo do teste é bastante significativo, havendo ou não prescrição e se, ao mesmo tempo, seria possível existir um acordo de financiamento com algumas das farmácias do concelho, para que os habitantes pudessem realizar esses testes de forma mais económica ou até mesmo gratuita, visto a progressão semanal dos casos ativos no concelho e tendo em conta o aproximar das festividades.

Apontou o problema sobre a falta de efetivos da Guarda Nacional Republicana em Alcochete, propondo que a fiscalização fosse também efetuada por mar, através da Polícia Marítima, que possuindo mais efetivos e meios, podem fiscalizar as embarcações ilegais e os barcos

que estão ancorados nas chamadas poitas sem o pagamento da devida taxa, bem com os utilizadores que não estão devidamente encartados.

Referiu que no Samouco foram encerrados alguns “pseudo estabelecimentos” de venda de bebida e comida para as pessoas que vão para a apanha da amêijoa, no entanto existem 3 roulottes a fornecerem esse tipo de serviço, julgando ser fácil terminar com esta atividade. Também no Samouco, na lateral do parque de merendas existe sinalética a proibir o estacionamento a pescadores.

Elogiou o slogan que a câmara municipal criou para Alcochete (Luz do Tejo), mas que, no entanto, ao aceder-se ao site do município, existe uma imagem de um rio sem água, com os barcos em cima do areal. Sugeriu uma nova imagem para o site.

Questionou se a câmara dispõe de alguma habitação para ceder temporariamente a pessoas que tenham sido vítimas de violência doméstica.

Mencionou que irá ser realizada uma caminhada no próximo dia 25 de junho, com início nos Bombeiros Voluntários de Alcochete e, havendo a necessidade de angariar mais sócios para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, (AHBVA) sugerindo que se tirasse proveito deste evento para obter novos associados.

Sugeriu também, que na ausência de parquímetros em Alcochete, os Bombeiros, durante o fim de semana, realizassem peditórios na marginal.

Referiu que existe um antigo estaleiro junto ao hotel Alfoz, interrogando se está previsto algum projeto para dinamizar esse local que está um pouco descuidado.

Perguntou se é possível a criação de uma lavandaria social, em Alcochete e no Samouco, por haver pessoas que não têm possibilidade de recorrer às lavandarias *self-service*, disponibilizando a câmara as respetivas máquinas e espaço, porventura no mercado.

O senhor presidente agradeceu a intervenção do senhor Alexandre Martins, pelas preocupações demonstradas e que seguramente também representa a voz de muitas outras pessoas.

Relativamente à questão sobre o Covid 19, o senhor presidente respondeu que infelizmente se vive uma espiral crescente em relação ao número de pessoas infetadas. Em comparação à última reunião de câmara houve um aumento de 200 novos casos o que não deixa de ser preocupante e ainda mais se se tiver em conta que dentro em breve, começam as festas por todo o município de Alcochete, onde é expectável que se desloquem ao concelho milhares de pessoas, sublinhando que o executivo pauta-se pela coerência nos procedimentos e meios que dispõe para enfrentar este ciclo pandémico, trabalhando lado a lado com a saúde local e em consonância com as medidas emanadas pelo Serviço Nacional de Saúde. Frisou que se hoje surgisse uma medida que impossibilitasse a realização destas festas, a câmara municipal era a primeira a fazer de tudo para que as respetivas comissões se desvinculassem da obrigação de realizar estes festejos, o que à data de hoje não é esse o caso.

Em relação à apanha da amêijoa e conforme Moção aprovada por unanimidade no início desta reunião, a câmara pressupõe que existe uma carência de efetivos no posto da Guarda Nacional Republicana em Alcochete, em contrário ao que a Guarda Nacional Republicana transmite, contudo é entendimento da câmara municipal que se de facto não é realizada uma fiscalização mais assertiva do ponto de vista diário é porque o posto territorial não dispõe meios humanos ou outros para realizar essa fiscalização.

O senhor presidente adiantou que não acredita que a Polícia Marítima tenha mais meios humanos que a Guarda Nacional Republicana, porque se porventura os tiver, em Alcochete não se consegue vislumbrar isso.

Deu nota que há uns meses era um vaivém destemido de automóveis no acesso à “Ponte do Cais”, onde está um sinal de trânsito proibido com a exceção para os pescadores profissionais, os quais estão identificados, mas por iniciativa da câmara investiu-se num pilarete antimotim, com um custo superior a €20.000,00, no sentido de evitar que qualquer pessoa pudesse aceder à ponte, não obstante estar um sinal de trânsito, e que existe uma autoridade competente para fiscalizar o cumprimento dessa sinalização.

Informou que aquando das apreensões de várias toneladas de amêijoas realizadas pela Guarda Nacional Republicana e segundo o entendimento de alguns “pseudointelectuais”, que afirmavam que esses animais deveriam ser devolvidos ao seu habitat natural, situação que com a qual não concorda. Legalmente encontrou-se uma solução que passa pela câmara municipal assumir o transporte desses bivalves, após certificação pela Autoridade Sanitária Municipal, para a Amarsul, arcando também com o custo do depósito.

Quanto à questão da sinalética existente no parque de merendas do Samouco entendeu-se na altura e em articulação com o anterior executivo da Junta de Freguesia do Samouco e com a Guarda Nacional Republicana, que seria uma forma de evitar o amontoado de automóveis de mariscadores, que impediam que as pessoas que quisessem usufruir da praia, do parque de merendas ou até da unidade de restauração de estacionar.

Agradeceu a sugestão relativamente à imagem do site da câmara.

Do ponto de vista da habitação social e no que diz respeito ao município, o senhor presidente esclareceu que está presente na Ordem do Dia o concurso para atribuição de 3 habitações sociais e que a câmara municipal não tem habitação social disponível. Esses 3 fogos têm a ver com a atividade das pessoas que pelos mais diversos motivos tiveram de sair dessas habitações, sublinhando que não há nenhum cidadão ou cidadã que sendo vítima de violência doméstica ou de outro problema, que a câmara municipal em articulação com outras entidades, particularmente com a Segurança Social, não encontre uma solução.

Em relação à caminhada solidária, elucidou que não é uma iniciativa promovida pela câmara, mas que se associa ao evento. É uma atividade desenvolvida pelo grupo RSI (Rendimento Social de Inserção) do Montijo, mas que irá transmitir as ideias apresentadas ao senhor presidente da AHBVA.

Quanto à sugestão de uma lavandaria social informou que a senhora vereadora do pelouro Maria de Fátima Soares, tomou nota e irá analisar o proposto e até verificar se do ponto de vista legal é possível associar esta atividade com o mercado municipal.

Relativamente à questão apresentada sobre o espaço da *Dragapor*, comunicou que a câmara municipal tem um protocolo estabelecido com a Administração do Porto de Lisboa (APL) iniciado no mandato anterior, com uma validade de 35 anos, fazendo com que a câmara municipal ficasse com a gestão daquele espaço, adiantando que neste momento, do ponto de vista jurídico, está a ser verificado com a descentralização de competências aquele território passa automaticamente para a câmara municipal ou se continua sob jurisdição da APL. Existe um projeto para aquele espaço, já partilhado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e com a Agência Portuguesa do Ambiente.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €6.016.609,44 (seis milhões, dezasseis mil, seiscentos e nove euros e quarenta e quatro centimos)

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que, entre os dias 11/05/2022 e 24/05/2022, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.560.973,42 (um milhão, quinhentos e sessenta mil, novecentos e setenta e três euros e quarenta e dois centimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1709 ao n.º 1965.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 30 de março de 2022

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Natacha Patinha por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ata da reunião ordinária realizada em 13 de abril de 2022

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Natacha Patinha por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Ata da reunião ordinária realizada em 27 de abril de 2022

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Ana Maduro por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELA SENHORA VICE-PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Plano de Coordenação – Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco – Edição 2022

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A necessidade de constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado, no âmbito da proteção e socorro, adequado ao risco acrescido e identificado, com elevado grau de prontidão, têm sido uma preocupação do Serviço Municipal de Protecção Civil, no desenvolvimento de ações preventivas que procuram salvaguardar a segurança de pessoas e bens, durante o período das Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco

que decorrem de 02 de junho a 5 de junho, para o qual foi elaborado o Plano de Coordenação (PC), em estreita articulação com os Bombeiros Voluntários de Alcochete, Guarda Nacional Republicana, Autoridade de Saúde Local, Junta de Freguesia de São Francisco e Comissão de Festas.

Neste PC, eminentemente operacional, estão referenciadas as estratégias de atuação dos agentes de Protecção Civil, as suas responsabilidades, os sistemas de alerta, os planos prévios de intervenção, a estrutura de coordenação, a administração e logística, entre outras medidas preventivas, como essencial para obtenção de um bom planeamento e organização das operações de proteção e socorro necessárias à resposta.

Assim, e após análise, propõe-se a aprovação do referido plano que será remetido a todas as entidades envolvidas e à Autoridade Nacional de Protecção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal, para período de vigência referido anteriormente».

Por solicitação do senhor presidente, o senhor coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil, Engenheiro João Carlos Marques, apresentou os pontos desenvolvidos no Plano de Coordenação.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.2. Celebração de Contrato de Doação de um painel de azulejos da Junta de Freguesia de Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

- Que a Junta de Freguesia de Alcochete se propõe doar ao Município de Alcochete um painel de azulejos, de que é proprietária;

- Que é interesse do Município de Alcochete a aceitação da referida proposta de doação porquanto a peça em causa enriquecerá a coleção de obras de arte da Câmara Municipal de Alcochete.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- Aceitar a doação da peça referida, que se destina a integrar a coleção de obras de arte da Câmara Municipal;
- Aprovar a minuta de contrato de doação, que se anexa, e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato de Doação como, **Doc. 2**.

4.3. Celebração de Contrato Programa com a Associação de Festas Populares do Samouco

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- - A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- - As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €16.500,00 à Associação de Festas Populares do Samouco.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa como **Doc. 3**.

4.4. Atribuição de apoio na comparticipação de medicamentos no âmbito do PCMIC

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Programa de Comparticipação de Medicamentos aos Idosos Carenciados, tem como principal objetivo despromover as desigualdades sociais, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde, promover a longevidade dos grupos etários mais vulneráveis, proporcionando a possibilidade de aquisição deste bem de primeira necessidade, a medicação.

Este apoio é atribuído aos idosos, através de candidatura, no período correspondente, com os critérios definidos pelas normas regulamentares.

Embora tenha terminado o período de candidaturas e existindo cabimento orçamental neste Programa, o Setor de Desenvolvimento Social e Saúde rececionou três munícipes com situação socioeconómica que se enquadra dentro do Regulamento, cujos processos n.º 62, 63 e 64 podem ser consultados no setor.

Face ao exposto propomos a atribuição do respetivo apoio no âmbito do PCMIC, até ao final do corrente ano».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Atribuição de Ação Social Escolar.

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh) do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da câmara municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão B a 1 aluno(a) da educação pré-escolar e a 1 aluno(a) do 1.º Ciclo

do Ensino Básico, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a câmara municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2021/2022, com efeitos a 1 de maio de 2022.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade».

4.6. Celebração de Contrato Programa com o Vulcanense Futebol Clube

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- - As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2 alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com

vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;

- - A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- - As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2022, bem como, os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €2.500,00, ao Vulcanense Futebol Clube».

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro questionou se o valor atribuído está de acordo com o que foi pedido pelo Vulcanense Futebol Clube ou se houve algum desencontro de verba.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares clarificou que obviamente o valor não é a totalidade do programa que o Vulcanense tem, ou que qualquer associação tem. Não sendo também esse o propósito do estabelecimento destes contratos programa, mas sim dar enfoque às principais atividades, são €2.500,00 para apoiar o que acharem mais pertinente, contemplando as atividades diárias.

Reforçou que este valor é um apoio e que as associações têm de fazer as suas contas e ter meios de se sustentarem a si próprias.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Contrato Programa, como **Doc. 4**

4.7. Abertura de Concurso por Inscrição para Atribuição de Habitação Social

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A Constituição da República Portuguesa consagra no Artigo 65.º o Direito à Habitação. A Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto, tem por objeto estabelecer o regime do arrendamento apoiado para habitação e regular as atribuições de habitações neste regime.

Os principais motivos de procura de habitação social, prendem-se com a precariedade de emprego e consequente incapacidade para aceder a habitação no mercado de arrendamento livre, bem como, o facto dos agregados familiares residirem em habitações de tipologias inferiores face à sua dimensão.

Por outro lado, a escassez de habitações para arrendamento e os valores elevados das rendas dificultam o acesso a este mercado, em especial, das famílias em grave carência económica e/ou situação de maior vulnerabilidade social (idosos, portadores de deficiência, agregados com menores em risco e famílias numerosas).

Existindo, no momento, 3 fogos na freguesia de Alcochete de tipologia T3, em condições de atribuição, nomeadamente:

Rua Virgílio Martinho, n.º 3, 3.º esq.

Rua da Liberdade, lote 13, Rc. Drt.

Rua da Liberdade, lote 13, Rc. Esq.

Propõe-se:

- A abertura de Concurso por Inscrição, de acordo com o Artigo 10.º, da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, estabelece : “O concurso por inscrição tem por objeto a oferta das habitações que são identificadas, em cada momento, pela entidade locadora para atribuição em regime de arrendamento apoiado aos candidatos que, de entre os que

se encontram, à altura, inscritos em listagem própria, estejam melhor classificados, em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito pela mesma entidade”;

- Aprovar a Matriz de Classificação e respetivos Critérios de Hierarquização e de Ponderação da Matriz, conforme anexo 1;
- A abertura do Concurso por Inscrição pelo prazo de 7 dias uteis, a contar da data de publicação do Aviso de Abertura do Concurso através de Edital, com a seguinte informação:
 - a) Prazo para receção de novas inscrições a Concurso;
 - b) Informação sobre a listagem de inscrições existente;
 - c) Identificação e características dos Fogos a Concurso;
 - d) Regime de Arrendamento;
 - e) Requisitos de acesso ao concurso, critérios de hierarquização e ponderação das inscrições;
 - f) Indicação dos locais de receção das inscrições, obtenção de esclarecimentos e formulários do Concurso;
 - g) Local e Forma de divulgação da Lista definitiva de classificação das inscrições a Concurso».

Submetida à discussão o senhor presidente deu nota que o executivo também está empenhado no que diz respeito à construção de habitação a preços acessíveis, que é uma matéria substancialmente diferente da apresentada, mas que está condicionado à escassez de terrenos propriedade da câmara municipal, no que diz à habitação social, há um esforço acrescido para adquirir os respetivos terrenos a fim de se construir as habitações possíveis de criar, sendo, contudo sempre insuficientes para acolher as pessoas que vão tendo a necessidade deste tipo de habitação.

O senhor vereador Jorge Giro declarou que todos tinham a percepção de quanto mais a vida voltasse à normalidade, com o recente término das moratórias, dos apoios estatais e locais, a realidade seria espelhada no dia a dia.

Afirmou que é do seu conhecimento a dificuldade que existe para os municípios como Alcochete, realizarem estes investimentos, com a falta de terrenos, sendo complicado arrendar um T3 por €1.100,00 ou um T1 por €700,00, e mais complicado é atualmente comprar uma casa com as taxas de juro a aumentarem.

Lembrou que as habitações sociais não são para sempre, devem ser temporárias, até as pessoas terem melhores condições para arrendarem ou comprarem a sua habitação, sendo por isso que o parque habitacional é dinâmico e onde os executivos vão adaptando os agregados às tipologias.

Por último referiu que segundo o seu entendimento a proposta trata de 3 habitações que foram desocupadas, questionando porque é que as mesmas ficaram livres e se o executivo tem conhecimento de quantos pedidos para habitação social existem neste momento em lista de espera.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares respondeu que neste momento são perto de 200 pedidos que estão em lista de espera.

Quanto ao motivo da desocupação, um foi despejo anterior à pandemia, outra foi por falecimento e a última foi por a pessoa ter saído da habitação por sua iniciativa.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.8. Aprovação do Projeto de Construção de Ciclovia entre Alcochete, São Francisco e o limite do Concelho

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que o Projeto de Construção de Ciclovia entre Alcochete, S. Francisco e o limite do concelho:

1. Preconiza à construção de uma ciclovia e percurso pedonal que ligará Alcochete a S. Francisco, prolongando-se até à extrema com o município do Montijo e se enquadra num âmbito mais alargado de requalificação das infraestruturas locais e do espaço público;
2. Teve como base e respeita as diretrizes do estudo preliminar desenvolvido pela C. M. Alcochete que procede à definição de um novo perfil para a plataforma da antiga N119, acrescentando ao percurso rodoviário, um duplo percurso ciclável e pedonal, bem como áreas verdes de proteção e enquadramento, numa extensão de aproximadamente 2 km, desde o limite do perímetro urbano de Alcochete, até à extrema municipal, atravessando o aglomerado urbano de S. Francisco;
3. Prevê o enquadramento visual das vias rodoviárias, cicláveis e pedonais, complementando o alinhamento arbóreo existente, a manter, com a introdução de pequenos espaços de repouso e lazer ao longo das vias, assim como o enquadramento paisagístico destas, com a plantação de novas árvores, arbustos e herbáceas de revestimento, bem como a instalação de equipamento e mobiliário urbano ao longo de todo o percurso, proporcionando assim zonas de sombra, de descanso e de estadia;
4. Determina que a execução da obra incluirá 4 fases distintas, a saber:
 - 1.ª Fase - Entre a rotunda Sul de Alcochete e o início da alameda de Santa Maria de Sabonha (excluindo a futura rotunda da rua das Oliveiras, que será executada em 4ª fase)
 - 2.ª Fase - Entre o início da alameda de Santa Maria de Sabonha e a escola Básica de S. Francisco
 - 3.ª Fase - Entre a escola Básica de S. Francisco e o limite com o concelho do Montijo

4.ª Fase - Rotunda da rua das Oliveiras

- Com as seguintes estimativas de custo e prazos:

1.ª Fase - valor estimado de €2.223.752,88 - 18 meses

2.ª Fase - valor estimado de €337.731,63 - 6 meses

3.ª Fase - valor estimado de €384.176,27 - 6 meses

4.ª Fase - valor estimado de €249.441,63 - 6 meses

Total - €3.140.363,10 - 36 meses

5. Foi emitido parecer técnico favorável pela DAT.

Propõe-se que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das autarquias locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere aprovar na globalidade o referido projeto de execução, com o valor orçamentado de €3.140.3063,10 (Valor base sem IVA) e com o prazo máximo de execução da empreitada de 36 meses».

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro declarou que a vida de um autarca é sonhar, projetar e dentro do que for possível concretizar.

Alcochete é um projeto inacabado, precisa de ser de forma constante melhorado. A nível jurídico é possível existirem algumas más notícias, que deverão ser ultrapassadas, nomeadamente com a existência de proprietários que facilitam a negociação mais que outros, envolvendo trabalho.

Desejou que este projeto possa ser concretizado.

Questionou qual a extensão da ciclovia.

O senhor presidente frisou que cada vez que o Homem sonha, o mundo pula e avança. Sonhar é algo extraordinário, mas há que ter os pés bem assentes no chão e perceber que não obstante este investimento ser de facto uma obra extraordinária que seguramente vai agradar a todos, existe um desafio pela frente que é a abordagem aos proprietários, explicando a mais-valia deste projeto para os próprios terrenos e que de alguma forma terão de ceder parte deles ao município para concretizar este projeto.

O senhor vereador Pedro Lavrado em resposta à questão levantada pelo senhor vereador Jorge Giro, informou que a ciclovia tem uma extensão de 2 quilómetros.

A senhora vereadora Natacha Patinha reiterou que o sonho comanda a vida e esperando que ele continue a comandar a câmara municipal.

Parabenizou os técnicos que elaboraram o projeto, que espelha o desenvolvimento que o concelho merece e esperando que para além de todos os obstáculos que irão aparecer, que o projeto seja uma realidade

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.9. Recurso a reserva de recrutamento interna de três assistentes operacionais, na área da educação, no regime de contrato de trabalho a termo incerto (DIS)

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Atendendo à recorrente ausência de assistentes operacionais, na área da educação/ação educativa, por um período superior a 30 dias consecutivos, verifica-se a necessidade urgente de agilizar o processo de substituição de três trabalhadoras que se têm encontrado inibidas das funções por tempo prolongado, sob pena de incumprimento dos ratios legais, necessários para assegurar o adequado funcionamento do serviço.

Em face do exposto, e dado o carácter temporário e incerto da situação, verifica-se a possibilidade de satisfazer as necessidades com recurso à reserva de recrutamento existente no Município, válida até 02/03/2023, para três assistentes operacionais, na área de educação, no regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, que decorreu do desenvolvimento do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 78, de 22 de abril de 2021, cuja oferta de emprego na BEP adquiriu, o código n.º OE202104/0633;

Neste sentido, importa acrescentar que, para os lugares em questão, existem postos de trabalho vagos no Mapa de Pessoal do Município, estando prevista a consequente orçamentação da despesa;

Desta forma, dada a demonstrada insuficiência de recursos humanos, para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e a qualidade do serviço a prestar nesta área de atividade, torna-se imprescindível o recrutamento daqueles postos de trabalho, pelo que em face de todo o articulado jurídico, sustentado pela informação da DAGR n.º 40/2022, anexa e, considerando que se encontram cumpridos todos os requisitos previstos para o efeito, proponho, submeter à aprovação do órgão executivo, o recrutamento de três trabalhadores, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supra mencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo determinado, a termo resolutivo incerto, de três postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, na área da educação, com afetação à DIS - Divisão de Intervenção Social».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 5**.

5. Apoios financeiros

Pela senhora vereadora Maria Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

- Atribuição de apoio financeiro ao Mundo Inseparável Associação – Voluntariado ao abrigo do Programa Erasmus+**

«No seguimento do que acontecia desde 2016, e após a interrupção forçada pela COVID-19, o Mundo Inseparável Associação vai retomar o acolhimento de jovens voluntários internacionais através do projeto “Não Sou o Único”, ao abrigo do programa do Corpo de Solidariedade Europeu (ERASMUS+).

Os projetos dinamizados no âmbito deste programa visam a promoção do desenvolvimento e mobilidade de indivíduos e da comunidade local, bem como, a promoção do acesso a oportunidades de exploração culturais e interculturais diversas, numa perspetiva de partilha de competências e saberes.

Esta partilha de competências concretiza-se através da organização de encontros, workshops e fóruns sobre temas variados para a comunidade local e dinamização de atividades de animação para crianças e jovens.

Para esta edição contarão com a participação de dois jovens turcos, uma jovem polaca e, tendo em conta as circunstâncias atuais, uma jovem Ucraniana.

Os jovens realizarão atividades de animação cultural para a comunidade, junto de diferentes públicos-alvo, e em colaboração com parceiros locais – nomeadamente CENSA, Biblioteca de Alcochete, escolas, Centro Social S. Pedro Afonsoeiro, CLDS4G – Roda, entre outros.

No âmbito da colaboração existente entre a Câmara Municipal de Alcochete e a referida Associação, nomeadamente no que se refere ao acolhimento e envio de voluntários ao abrigo do programa Erasmus+, submete-se para discussão e deliberação a presente proposta de atribuição de um apoio financeiro, no valor de €1.000,00 à Mundo Inseparável Associação».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

- **Atribuição de Apoio Financeiro à Associação de Proteção de Animais Alfaiate.**

«No âmbito da parceria existente entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Associação Alfaiate (Associação para a Defesa e Proteção dos Animais em Alcochete) para a implementação e gestão do Programa CED – captura, esterilização e devolução de felídeos ao local de origem, nomeadamente no descrito no Protocolo de Colaboração entre ambas as entidades, confirmo, para efeito da atribuição de apoios institucionais ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, o apoio disponibilizado pela Associação relativamente à proteção e integridade de animais errantes no concelho de Alcochete e concretamente à operacionalização do programa, zelando esta entidade pelas boas condições de higiene e alimentação adequadas aos animais.

Tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, submete-se para discussão e deliberação a proposta de atribuição de um apoio financeiro à Associação Alfaiate no valor de €1.200,00».

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

6. Informações

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foram apresentadas a seguintes informações:

- Quinzena da Juventude 2022

«Decorreu entre os dias 11 de março e 9 de abril a 3.^a edição da Quinzena da Juventude.

Em 2021, mesmo que limitados, não quisemos defraudar as expetativas dos jovens alcochetanos e a Quinzena da Juventude voltou, depois do interregno de um ano (2020) devido à pandemia provocada pelo vírus SARS-COV 2 (Covid-19), com iniciativas ecléticas e abrangentes centradas no formato digital, porque “a Juventude não pode parar!”.

Nesta edição, a Quinzena da Juventude regressou em dose dupla, com 30 dias de duração e mais de 60 iniciativas que fizeram parte do cartaz deste ano.

Foram 30 dias com muita música, cinema, desporto, *workshops*, Tauromaquia, Dança, Teatro e “Master” Classes

De entre todas as iniciativas podemos destacar as seguintes:

- **Apresentação do orçamento participativo jovem** - O Orçamento Participativo Jovem Alcochete (OPJ) convida os jovens do concelho, que tenham entre 14 e 30 anos, a apresentarem as suas propostas de investimento, com projetos que beneficiem de algum modo a vida do município. Este é um claro apelo à participação dos jovens e assume-se também como uma oportunidade de aumentar o envolvimento dos mais novos na vida prática do concelho;
- **I Festival de Curtas de Alcochete** - O “I Festival de Curtas de Alcochete”, contou com dois dias de atividades entre *workshops* de cinema e apresentações de curtas-metragens, passaram pela casa do Povo de Alcochete mais de 100 pessoas nesta que foi a 1.^a edição deste festival;
- **II Arraial de Tunas de Alcochete** - O espírito académico voltou à vila para o “II Arraial de Tunas de Alcochete”, onde as diversas tunas (5) contaram com a máxima participação da população local e proporcionaram um ambiente académico, de música e divertimento;
- **II Dia do Jovem Alcochetano** - Os touros voltaram a Alcochete, depois de dois anos de interregno devido à Pandemia. A Quinzena da Juventude devolveu um património cultural secular às gentes da nossa terra;
- **III Ciclo de conferências do Concelho de Alcochete** – Um projeto que já marca os jovens de Alcochete, personalidades de referência nacional abordam temas de relevância escolhidos pelos jovens;
- **II Karting Urbano Concelho de Alcochete** – Jovens entre os 14 e 30 anos, tiveram a oportunidade de participar numa experiência diferente, e puderam sentir a sensação de conduzir um Kart nas ruas da Vila do Samouco;

- **II Rotas do Futuro** – Esta iniciativa que contou com a sua 2.^a edição visa potenciar as questões relacionadas com a orientação pedagógica dos alunos, bem como debater temas relacionados com as questões da oferta formativa e empregabilidade.

A Quinzena da Juventude é um palco privilegiado para a apresentação das iniciativas do movimento juvenil, formal e não formal, onde as associações de jovens e os grupos informais contribuem de forma empenhada para o crescimento e consolidação deste evento cultural, reconhecendo a sua importância, em estreita colaboração com a autarquia.

A Quinzena da Juventude 2022 x2 foi a melhor de sempre, continuando Alcochete a marcar o ritmo ao nível das políticas de Juventude do Distrito de Setúbal.

Alcochete está na BOX porque a Juventude não pode PARAR!!!»

A Câmara tomou conhecimento

– Projeto “Férias Ativas – Páscoa 2022”

«No âmbito do projeto “Férias Ativas” destinado a todas as crianças e Jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, a Câmara Municipal de Alcochete, através do seu Setor de Desporto, Juventude e Movimento Associativo, organizou mais um programa para a pausa escolar da Páscoa.

O programa decorreu entre os dias 11 e 14 de abril e contou com 52 participantes que, sob a orientação dos técnicos de desporto da autarquia, concretizaram um conjunto de atividades físicas e desportivas no complexo desportivo do Valbom.

Destacamos a excelente programação, com dinâmicas e torneios em mais de 14 modalidades desportivas, individuais e coletivas, bem como um conjunto de desafios nas áreas da Orientação e da Dança.

Deixamos também o agradecimento a todos os jovens do Curso profissional de apoio à gestão desportiva da ESA e à Prof.^a Filipa Epifânio, pelo seu importante apoio neste programa.»

A Câmara tomou conhecimento.

– Comemorações 25 Abril – Desporto e Lazer

«No âmbito das comemorações do 25 Abril, a Câmara Municipal de Alcochete dinamizou um conjunto de iniciativas desportivas e de lazer alusivas à data festiva, destinado a toda a população.

Em resultado deste conjunto de eventos, onde se verificou uma boa articulação entre o movimento associativo do Concelho de Alcochete, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, destacamos:

Projeto “Manhãs Infantis”, no dia 25 de abril entre as 9:30h e as 13:00h – dinamização de atividades de rua em Alcochete (jardim do Coreto e Coophabitual), Fonte da Senhora, Passil, São Francisco e Samouco, registando-se a participação de 435 crianças/jovens.

Projeto Alcochete Aventura, onde se dinamizaram 3 Passeios Pedestres nas freguesias de Alcochete, São Francisco e Samouco, reunindo mais de uma centena de participantes, concretamente, 134 participantes.

Torneio de Futsal Infantil, realizado entre os dias 8 de abril e 8 de maio nos pavilhões desportivos municipais – torneio nos escalões de petizes e traquinas, com equipas em representação da Associação Desportiva Samouquense, São Francisco Futebol Clube, Grupo Desportivo Alegria e Trabalho da Barroca D´Alva e Grupo Desportivo Alcochetense. Numa competição saudável onde “todos saíram vencedores”, a Câmara Municipal de Alcochete atribuiu medalhas de participação a 120 crianças.

Reforçamos o nosso agradecimento aos alunos do curso profissional de apoio à gestão desportiva da Escola Secundária de Alcochete pela sua colaboração, determinante nesta retoma das atividades desportivas em comemoração dos valores de abril.»

A Câmara tomou conhecimento.

- Convívios Desportivos de Pré-Escolar e 1.º Ciclo, 2021/2022

«Decorridos 2 anos após o último evento desportivo realizado com as crianças do ensino pré-escolar e 1º ciclo do nosso concelho, o município de Alcochete retomou a organização do projeto “**Convívios Desportivos**”.

O complexo desportivo do Valbom acolheu os dois convívios desportivos do presente ano letivo 2021/2022, numa organização que superou todas as expectativas iniciais.

No dia 2 de abril realizou-se o “Convívio de Atividades de Ar Livre”, num evento onde se registou a participação de 310 crianças e um *staff* com 44 elementos, entre os quais, técnicos de desporto da autarquia e alunos do curso de apoio à gestão desportiva da ESA.

No dia 14 de maio realizou-se o “Convívio de Jogos Coletivos e Pré-desportivos”, registando 171 participantes, auxiliados por uma equipa de 40 técnicos de desporto e alunos do curso de desporto.

Como curiosidade, fica a informação sobre o aumento do número médio (anual) de participantes por convívio, que passou de 75 participantes para 240.

Alcochete volta assim a mostrar total confiança nos projetos desportivos apresentados pela Autarquia à sua comunidade, reforçando os recentes indicadores que dão conta do aumento do número de praticantes desportivos no seu concelho.

Todo o enquadramento técnico foi garantido pelos técnicos de desporto do Setor de Desporto, Juventude e Movimento Associativo, em estreita articulação com o Curso Profissional de Apoio à Gestão Desportiva do Agrupamento de Escolas de Alcochete.

O Município de Alcochete providenciou lanche a todos os participantes.

Em destaque estiveram novamente os Encarregados de Educação, aderindo e assistindo, em massa, aos dois Convívios Desportivos deste ano letivo 2021/2022.

A Câmara tomou conhecimento.

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte informação:

- Início operação Carris Metropolitana

A operação da Carris Metropolitana entra em funcionamento a partir dos dias 1 de junho, nos municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal e a 1 de julho, nos restantes municípios da área Metropolitana de Lisboa, envolverá cerca de 12.000 paragens, 2.000 percursos, 820 linhas (160 novas e 330 com oferta reforçada), 17.000 circulações por dia, 300 painéis digitais de informação ao público e mais de 1.500 autocarros, dos quais 1.400 serão novos.

A rede de serviço de autocarros foi desenhada pela Área Metropolitana de Lisboa, em conjunto com os 18 municípios, para servir 2,8 milhões de potenciais utilizadores.

As melhorias contemplam uma importante vertente de modernização tecnológica, um planeamento e ajustamento do serviço às necessidades existentes e a promoção da pontualidade, regularidade e confiabilidade do sistema.

A sustentabilidade ambiental será igualmente promovida, através da renovação e qualificação da frota, que passará pela diminuição da idade média dos autocarros de 15 anos para menos de um ano e a inclusão de uma cota de veículos não poluentes e energeticamente eficientes.

O alargamento da rede de vendas e serviços de apoio ao passageiro e a gestão centralizada da informação serão também uma forte aposta da Carris Metropolitana.

No que diz respeito ao concelho de Alcochete, está integrado na Zona 4, com início de operação marcado para dia 1 de junho, juntamente com os municípios de Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal, será servido pela empresa ALSA/TODI e contará com uma frota completamente nova, com 237 autocarros, sendo, destes, 20 elétricos e 35 a gás. Todos os autocarros dispõem de rampas para acesso a cidadãos com mobilidade reduzida, sistema WiFi, carregadores USB, verificando-se uma significativa melhoria de conforto e segurança e todos eles muito mais amigos do ambiente.

O concelho será servido por 19 linhas, sendo 4 delas completamente novas, onde destaco 2 linhas urbanas: uma em Alcochete que ligará o Freeport ao Fórum Cultural de Alcochete, com passagem pela urbanização das Quebradas, zona sudoeste do Parque Industrial do Batel e centro da vila; e outra carreira urbana que ligará a freguesia de S. Francisco ao centro de Alcochete, sendo ambas efetuadas por um minibus de 15 lugares. Destaque, ainda, para outra nova linha entre o Cais do Seixalinho, no Montijo, com passagem pelo Samouco, S. Francisco e término na Av. da Revolução, em Alcochete.

No global da oferta, regista-se um aumento do número de viagens municipais e intermunicipais, mais autocarros nos períodos noturnos e fim de semana e aumento do n.º de km a realizar anualmente.

No que diz respeito ao Passe Navegante, os preços mantêm-se nos €30 o Navegante municipal, €40 o navegante metropolitano, €20 o Navegante +65 anos e o Navegante família €60 ou €80, consoante seja municipal ou metropolitano.

Para que estes preços sejam possíveis e sustentáveis, o Município de Alcochete comparticipa, anualmente, desde 2019, com cerca de €350.000, contribuindo, assim, para aliviar o peso no orçamento familiar e incentivar o uso dos transportes públicos.

A Carris Metropolitana irá abrir uma loja da sua responsabilidade, que se situará na Rua Ruy de Sousa Vinagre, no edifício “Monte Novo” junto à escola do Monte Novo, onde poderá ser adquirido e carregado o Passe Navegante e também para apoio aos utentes do serviço. Continuará a existir o Quiosque Navegante, na Biblioteca Municipal de Alcochete, que já se encontra em funcionamento há alguns meses e está a ser estudada pela TML a possibilidade de alargamento da rede dos postos de carregamento de passes.

Por forma a facilitar a utilização do serviço de transportes públicos, existirá uma aplicação para telemóveis, que será disponível em Android e IOS, onde poderá carregar o passe, planear o percurso da viagem que pretende realizar, ou até visualizar em tempo real a localização do autocarro que pretende apanhar, entre outras funcionalidades.

No que diz respeito aos novos horários, segundo informação recebida hoje pelo Município, por parte da Carris Metropolitana, estarão disponíveis no site da TML, em www.carrismetropolitana.pt, até ao final do dia de hoje e durante o fim de semana. O operador irá afixá-los em todas as paragens de autocarros.

Durante esta semana foram colocados postes amarelos, para sinalização das paragens que não terão abrigos, faltando ainda colocar, os postaletes com a numeração das carreiras que vão parar em cada paragem.

De referir, que TML assumiu com os Municípios o compromisso de no reinício das atividades letivas, em setembro, fazer uma de revisão às carreiras e horários existentes, havendo a possibilidade de reforço, caso a procura justifique.

Recorde-se que o Município de Alcochete delegou na Área Metropolitana de Lisboa a competência de entidade gestora dos transportes no concelho de Alcochete, sendo toda a operação e venda de bilhética da sua responsabilidade. Para esclarecimento de dúvidas e apoio aos utentes a TML abriu uma linha de apoio: **210418800**.

O Município está disponível para receber eventuais sugestões por parte dos utentes, para posterior encaminhamento à TML e apelo à compreensão e bom senso de todos para eventuais transtornos que possam existir no início da operação.

A Carris Metropolitana vem dar continuidade a uma revolução na mobilidade da região metropolitana de Lisboa, que tem por objetivo a promoção da qualidade de vida e uma alteração da repartição modal a favor dos transportes públicos e da mobilidade sustentável e apelo à compreensão e ao bom senso para o início da operação a partir do próximo do 1 de junho.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte informação:

- Mercado Municipal de Alcochete já abriu!

«O Mercado Municipal de Alcochete reabriu no dia 17 de dezembro, após obras de requalificação que decorreram no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR 2020).

Com o objetivo de promover e divulgar a produção local e regional, a Câmara Municipal de Alcochete, levou a cabo, entre os dias 26 de março e 14 de maio, um conjunto de iniciativas integradas no programa “O Mercado Municipal já abriu!”

Iniciativas de promoção de um diversificado leque de produtos agrícolas e agroalimentares, locais e regionais, de qualidade, como, frutas, hortícolas, mel e seus derivados, doces, compotas, a tradicional fogaça, como marca cultural de Alcochete e mostra de flores, atraíram muitos munícipes, visitantes e turistas ao local, num ambiente de muita proximidade entre produtores e consumidores, com os consequentes efeitos de repercussão na dinamização económica e comercial do Mercado Municipal e Centro da Vila.

Dado o sucesso das iniciativas, é intenção deste executivo dar continuidade a este género de atividades no sentido de devolver uma nova vitalidade ao espaço e à economia local, proporcionando a todos um espaço com dinâmicas próprias de abastecimento e animação.

Desta forma, pretende-se, que o Mercado Municipal complemente a estratégia municipal de desenvolvimento do território que tem por objetivo o incentivo do setor primário, concretamente a produção agrícola e animal, bem como, o incremento à existência de circuitos curtos de comercialização.»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:45 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, assistente técnico, subscrevo e assino.